



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA**

ACTA NÚMERO 4/XI (1.ª SL)

Aos 2 dias do mês de Dezembro de 2009, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala três do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 3;
2. Distribuição de iniciativas legislativas;
3. Apreciação de Projectos de Resolução:
 - ✓ PJR 5/XI (PCP) - Aumento do salário mínimo nacional;
 - ✓ PJR 8/XI (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que tome as medidas urgentes para incluir nas bases de dados do IEFP e do MTSS o estado civil do desempregado, ou situação equiparada, de forma a que se possa saber quantos membros do mesmo agregado familiar se encontram em situação de desempregado.
 - ✓ PJR 15/XI (PSD) - Recomenda ao Governo a monitorização da aplicação do factor de sustentabilidade na determinação do montante das pensões, de modo a prevenir a ocorrência de consequências socialmente injustas para os pensionistas.
4. Reflexão sobre o plano de actividades da Comissão;
5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente, Deputado Ramos Preto, iniciou a reunião, colocando a acta n.º 3 à consideração dos Senhores Deputados. A acta foi aprovada por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado José Rui Cruz foi designado autor do parecer do Projecto de Lei n.º 64/XI (PSD) – Altera o regime



jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da empresa nacional de urânio, S.A..

No ponto seguinte da Ordem do Dia, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) pediu a palavra para requerer que a apreciação do Projecto de Resolução n.º 8/XI (CDS-PP) fosse adiada para outra reunião, o que foi aceite por consenso.

De seguida, teve lugar, nos termos regimentais, a apreciação do Projecto de Resolução n.º 5/XI (PCP) - Aumento do salário mínimo nacional, na qual intervieram, a diverso título, os Senhores Deputados Jorge Machado (PCP), Miguel Laranjeiro (PS), Arménio Santos (PSD), Artur Rêgo (CDS-PP) e Mariana Aiveca (BE). Posteriormente será elaborada uma informação, que, acompanhada do respectivo Projecto de Resolução, será enviada por ofício ao Senhor Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário.

Do mesmo modo decorreu, nos termos regimentais, a apreciação do Projecto de Resolução n.º 15/XI (PSD) - Recomenda ao Governo a monitorização da aplicação do factor de sustentabilidade na determinação do montante das pensões, de modo a prevenir a ocorrência de consequências socialmente injustas para os pensionistas, na qual intervieram, a diverso título, os Senhores Deputados Maria das Mercês Soares (PSD), Catarina Marcelino (PS) e Jorge Machado (PCP). Posteriormente será elaborada uma informação, que, acompanhada do respectivo Projecto de Resolução, será enviada por ofício ao Senhor Presidente da Assembleia da República para efeitos do agendamento da sua votação em Plenário.

No quarto ponto da Ordem do Dia, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu que a reflexão sobre o plano de actividades da Comissão fosse agendada para outra reunião, designadamente por não ter tido a oportunidade de fazer esse debate no Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

No último ponto da Ordem do Dia, o Senhor Presidente informou que a reunião com a Senhora Ministra do Trabalho e da Solidariedade Social tinha sido agendada, por razões de agenda daquele membro do Governo, para as 15 horas do dia 21 de Dezembro.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) pediu então a palavra para solicitar que a discussão e votação na especialidade no Projecto de Lei n.º 48/XI



(CDS-PP) – Primeira alteração à Lei n.º 110/2009, de 16 de Setembro, que estabelece uma nova data para a entrada em vigor do Código Contributivo, fosse agendada para a próxima reunião da Comissão, dia 9 de Dezembro.

O Senhor Deputado Jorge Strecht (PS) considerou estranho que, decorrendo o Código Contributivo de um acordo da concertação social, ainda não tivesse sido feita qualquer audição prévia dos parceiros sociais. E concluiu que o PS votará contra o agendamento proposto sem que tenha lugar a audição prévia dos parceiros sociais.

O Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) usou de novo da palavra para replicar que não lhe parecia necessário proceder a essa audição em virtude de o projecto de lei em questão conter apenas dois artigos. Porém, não inviabilizaria a proposta apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS desde que a discussão e votação na especialidade ocorresse na próxima quarta-feira, no que foi secundado pelos Senhores Deputados Arménio Santos (PSD), Jorge Machado (PCP) e Mariana Aiveca (BE).

O Senhor Presidente interveio então para definir que a próxima reunião da Comissão teria lugar dia 9 de Dezembro, com início às 9 horas.

A reunião foi encerrada às 16:30 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 21 de Dezembro de 2009.

O PRESIDENTE



(RAMOS PRETO)



Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Freitas
Arménio Santos
Artur Rêgo
Catarina Marcelino
Custódia Fernandes
Francisca Almeida
Jorge Machado
Jorge Strecht
José Pereira Marques
Margarida Almeida
Maria Conceição Pereira
Maria das Mercês Soares
Maria José Gamboa
Maria José Nogueira Pinto
Mariana Aiveca
Miguel Laranjeiro
Pedro Mota Soares
Ramos Preto
Sónia Fertuzinhos
Teresa Santos
Carla Barros
Carla Rodrigues
Isabel Coutinho
João Paulo Pedrosa
José Rui Cruz
Luísa Salgueiro
Mário Mourão
Rosário Águas
Teresa Fernandes

Faltou o seguinte Senhor Deputado:

Adão Silva